

INFORMAÇÃO, DISCIPLINA E CELEBRAÇÃO: OS ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO*

*Denice Barbara CATANI***

RESUMO: O texto analisa o significado do aparecimento e da publicação dos **Anuários de Ensino do Estado de São Paulo**, na história da imprensa periódica educacional interrogando-se sobre o papel que lhes era atribuído e sobre o que vieram a desempenhar na organização do campo educacional paulista no início do século. Reinterpreta-se a lógica de produção dos Anuários e entende-se a proposta de criação e circulação dos mesmos como formas específicas da organização do espaço profissional dos educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa periódica educacional; História da Educação; Campo educacional; Educação paulista; Trabalho docente.

* Texto apresentado em sessão do Grupo de Trabalho História da Educação na XVI Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação em Educação), Caxambu, MG, setembro 1993.

** Profª Associada do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP.

Nos embates da história da educação paulista, o surgimento em 1907-1908 dos **Anuários de Ensino** - publicações oficiais de informação e celebração dos fatos do sistema educacional - representa uma vitória da orientação do Estado sobre o grupo de professores da Associação Beneficente do Professorado Público, que vinha editando a **Revista de Ensino** desde 1902 e não andava em boas relações com a Secretaria do Interior, órgão ao qual estava subordinada a Inspeção Pública. (1)

É comum que a leitura dos **Anuários** seja feita na busca de dados estatísticos e informações básicas acerca do movimento do sistema de ensino. O presente texto propõe-se a investigar o significado do aparecimento e da publicação dos **Anuários de Ensino do Estado de São Paulo**, interrogando-se sobre o papel que seus realizadores lhes atribuíam e, na medida do possível, sobre o papel que vieram a desempenhar na organização do campo educacional paulista no início do século. Para tanto, examina-se o conteúdo e a apresentação dos **Anuários** editados entre 1908 e 1917, buscando apreender as características dessas produções, para além de serem portadoras de "uma boa estatística e do movimento escolar de todo o Estado", como afirmava João Lourenço Rodrigues, Inspetor Geral da Instrução Pública, na apresentação da primeira dessas obras editadas em 1908 e referente ao movimento de 1907. Assim, busca-se reinterpretar a lógica da produção dos **Anuários**, partindo da própria interpretação que essas obras oferecem do campo educacional, no momento em que surgem. Ao mesmo tempo, entende-se a proposta de criação e circulação desses **Anuários** como formas específicas da organização do espaço profissional dos educadores.

..

¹ Ver, a respeito, "O significado do aparecimento dos **Anuários de Ensino**: uma vitória da orientação oficial" em CATANI, 1989. A partir de então, temos desenvolvido outros estudos acerca da "imprensa periódica educacional" em São Paulo. Uma breve retomada dessa questão pode ser encontrada em CATANI, D. B. & VILHENA, C. P. S., 1992. No momento, estudo aprofundado acerca dos **Anuários de Ensino** desenvolve-se sob o título "Imprensa Periódica Educacional: os **Anuários de Ensino do Estado de São Paulo** - Catálogos de exposição do campo educacional (1907-1937)", com apoio do CNPq.

Há, decerto, alguns sentidos com que se pode falar de um jogo de luz e sombras que tem sido estabelecido pelos estudos de história da educação brasileira, quando voltados para a interpretação do período que fica entre os anos subseqüentes ao advento da República e a década de vinte. Esse jogo se instaura, em geral, pelo privilégio dado ao esclarecimento das iniciativas e realizações dos anos vinte, à atuação dos reformadores e aos debates intensos ocorridos no domínio das questões educacionais. Particularmente, no que diz respeito a São Paulo, ao se afirmar a ocorrência de um surto realizador e de um clima de empenho para com a educação, diz-se que nos anos iniciais deste século houve uma limitação dos interesses e dos investimentos dos homens públicos no setor educacional. A perspectiva das grandes realizações, do empenho em reformas e dos debates mais amplos é, por certo, o ponto a partir do qual se lança luz aos anos de 1890 e à década de 1920, relegando a um plano meio obscuro as ocorrências educacionais que tiveram lugar no período intermediário.

Essa acentuada relativização dos fatos que se sucedem nos primeiros anos do século, parece não ser peculiaridade, apenas, dos estudos históricos sobre educação. A propósito do período inicial republicano e nos limites da análise da vida eclesial, Sérgio Miceli já chamou atenção para a maneira pela qual "certos especialistas tendem a lidar com esse momento da história da Igreja. Tornou-se praticamente um clichê o argumento corrente, que consiste em datar o momento da separação entre a Igreja e o Estado (1890) como início de um *período de trevas* do ponto de vista do poder de fogo político da corporação eclesial ...". Diz, ainda, que "esse período de *perfil baixo*, fortemente caracterizado pelo acanhamento institucional e pela precária visibilidade política segundo as lentes usuais da literatura especializada, acaba constituindo um óbice a qualquer projeto explicativo empenhado em dar conta da transição brusca para uma era de efervescência já no início dos anos 20 ...". Explicitando ainda melhor, escreve: "guardadas as proporções e sobretudo as diferenças de estilo organizacional e peso político, poder-se-ia dizer que a Igreja Católica atravessou um período de *construção institucional* bastante

similar àquele por que passava as Forças Armadas (e o Exército, em particular) na República Velha. A exemplo do que sucedeu no Exército, a Igreja Católica logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou suas fontes de receita e recuperou seu patrimônio imobiliário, reconstruiu e *modernizou* suas casas de formação e seminários (...) *moralizou*, profissionalizou e ampliou seus quadros de pessoal (...) em suma a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e como organização burocrática". (MICELI, 1988, p. 152-3).

O exame dos estudos de história da educação brasileira revela um movimento um pouco semelhante, no que tange à consideração desse período. Embora sejam quase unânimes ao constatar a ocorrência do "surto de entusiasmo", fala-se do momento imediatamente posterior como um tempo de "desânimo, desilusões e frustrações", ao qual apenas os anos vinte vieram a colocar termo. E, se o critério para o julgamento da relevância das iniciativas de um dado período for a intensidade dos debates e a multiplicidade das proposições de reformas e inovações, não há porque discordar desses estudos. As referências ao caso paulista, nos trabalhos sobre história da educação, atestam o que se está afirmando: Fernando de Azevedo, em **A Transmissão da Cultura** sustenta que, mesmo com relação a São Paulo, estado que logrou êxito na organização do seu sistema escolar após a derrocada da monarquia e em consequência da descentralização estabelecida pela Constituição, não é possível afirmar que se tenha ido muito além da preocupação com as "técnicas pedagógicas". Sobre as iniciativas paulistas, sustenta ainda que "esse novo espírito, além de limitado às *técnicas pedagógicas*, não ultrapassou, nos seus ímpetos de reforma, os domínios do ensino primário e normal que fecundou por muitos anos". Argumentação de tom semelhante pode ser encontrada na obra de Jorge Nagle sobre a educação na Primeira República, editada na década de setenta, que fornece um quadro interpretativo amplo sobre as iniciativas do período - isso também pode ser observado em um ensaio de sua autoria sobre o mesmo tema. As expressões empregadas por J. Nagle para dar conta do "marasmo" reinante nos primeiros anos deste século apontam para um "clima de um modo geral alheado de

discussões vigorosas e de planos inovadores". (AZEVEDO, 1976, p. 140-1) e (NAGLE, 1977, p. 261-91)

Ao pretender dar conta da modalidade de iniciativas representadas pela publicação dos **Anuários de Ensino** em São Paulo, a análise aqui apresentada irá indagar sobre o significado desse "alheamento" ou dessa preocupação "exclusivamente voltada para questões técnicas". Antes de prosseguir na explicitação das questões com as quais o presente trabalho se depara, é preciso fazer notar, ainda, que a espécie de semelhança apontada entre os modos consagrados de se estudar história da educação brasileira e essa forma de interpretação tradicional da história da Igreja, no período, constitui apenas um aspecto que é útil assinalar, embora não se pretenda tirar, aqui, todas as conseqüências que ele parece permitir.

Dentre as questões que se incluem no âmbito deste trabalho está a que diz respeito às razões eventuais da escolha das cores mais sombrias, usadas para descrever o quadro da situação educacional brasileira das duas primeiras décadas desse século. Especialmente no caso de São Paulo, ao se indagar sobre o que ocorreu logo após o advento do regime republicano, encontra-se farta produção ocupada em descrever os feitos dos reformadores como Caetano de Campos, Gabriel Prestes e outros, e em instaurar e consagrar a interpretação que destina a essa fase a denominação de *período áureo* da instrução paulista. Ora, para além do papel desempenhado pelos novos reformadores da instrução, enquanto captam a relevância da concepção e execução de um projeto de expansão da escola primária e de preparação de professores para a mesma, sua herança inclui, como é sabido, a confiança nos poderes *iluminadores* do conhecimento. Assim, são os próprios homens das duas primeiras décadas do século, em São Paulo, cuja atuação pode ser ilustrada, por exemplo, pela figura e obra de João Lourenço Rodrigues (Inspetor Geral da Instrução Pública de 1907-1909, diretor da Escola Normal e autor de vários estudos sobre o ensino em São Paulo), que irão instaurar um discurso dominado pela nostalgia do *período áureo*. Vale dizer que essa nostalgia permeou toda a

prática da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo e as produções do seu órgão divulgador (a **Revista de Ensino**). Certamente, e as proposições enunciadas pelos professores paulistas atestam isso, essa invocação nostálgica freqüente cumpre um duplo papel: fornece o modelo exemplar de compreensão e condução das questões educacionais e reafirma a existência de "tradições" a serem cultivadas ou celebradas, como que a fortalecer os limites do campo que se estava organizando profissionalmente.

Há algumas perspectivas possíveis para compreender a história da educação paulista no primeiro período republicano e fazer incidir a iluminação para além do "cenário movimentado quanto a coisas do ensino" (segundo a expressão de Carlos da Silveira). Assim, pode-se tentar entrever o que se passa na semi-obscuridade do momento que fica entre o final do século passado e a eferescente década de vinte. É a partir de uma dessas perspectivas que o estudo sobre os **Anuários de Ensino** que se quer apresentar configura-se, e propõe-se como análise do significado de uma iniciativa que evidencia um forte potencial disciplinador sobre o campo educacional. (SILVEIRA, 1929)

Com o afã realizador que caracterizou o advento da República, São Paulo iniciou as reformas e continuou o trabalho de organização das escolas primárias e de formação de professores. Sabe-se bem o quanto a atuação de Bernardino de Campos, Caetano de Campos, Rangel Pestana, Cesário Motta e Gabriel Prestes esteve voltada para o aperfeiçoamento da Escola Normal. Em 1893, Cesário Motta, à época Secretário do Interior, explicitava a razão dos investimentos, afirmando que difundir conhecimentos era o mesmo que preparar o aumento da riqueza pública, e que não havia despesa mais produtiva do que aquela feita com a instrução. Ao articularem nostálgicamente as referências a esse período, os homens do início deste século lembrarão que as medidas adotadas tenderam a valorizar a atuação e a figura do professor, que também, no entender de Caetano de Campos, era a "chave de toda a evolução do ensino". A reformulação interna da Escola Normal, a

criação de escolas-modelo e grupos escolares, a proposição de novos programas e a tentativa de organização do conjunto de escolas antes dispersas, ao mesmo tempo que traduziam a confiança dos reformadores nos poderes do saber, transformaram a formação do professor em núcleo do êxito da escola.

Caetano de Campos, ao conceber e executar a reforma da Escola Normal, referia-se às instituições de ensino como "focos de luz", irradiadores do conhecimento que permitiria a conquista do progresso. A valorização do "saber ensinar" como requisito para a constituição dessa escola iluminadora, prendia a atenção dos que se empenhavam na transformação. Na ordem do dia aparecem a difusão de novos métodos de ensino, a contratação de professores versados nesses procedimentos e a construção de edifícios adequados à tarefa pedagógica. (2)

Como se observa, a expressão *período áureo*, que será muitas vezes empregada para referir-se à atuação de Caetano de Campos, Gabriel Prestes e outros, alude, exatamente, à luminosidade que elas vieram lançar ao "caos" da instrução pública paulista, na qual já se apontava como um dos grandes problemas a falta de professores ou sua atuação ineficiente. Desde há muito essa questão integrava o discurso dos que diagnosticavam os males do ensino. Com a República, a boa formação dos professores será apresentada como panacéia, com argumentos que nem sempre irão levar em conta as condições em que se desenvolve o trabalho pedagógico. (3)

A precariedade da situação do ensino e a denúncia sobre as falhas na formação de professores, bem como a falta de recompensas para o seu trabalho, serão os objetos principais da atenção dos responsáveis pela Associação Beneficente do Professorado e pela **Revista de Ensino**, a partir de 1902. Mas essa denúncia já vinha sendo feita há muito tempo: no relatório do Dr. Diogo de Mendonça Pinto, Inspetor Geral da Instrução em 1897, já se afirmava, a propósito da escassa freqüência de

² Sobre o afã reformista e as realizações dos anos iniciais da República, ver: CARVALHO (1989).

³ Sobre a maneira de conceber o trabalho docente no período, Miguel Arroyo compara as formulações dos reformadores do ensino em Minas Gerais e São Paulo. Ver ARROYO, (1985).

alunos à Escola Normal, que não seria "gratificando-se com mesquinhos vencimentos (...) que poderemos atraí-los para o magistério, sobretudo numa região fértil de recursos como São Paulo, onde tão fácil é a vida e mais vantagens se colhem ensinando num colégio particular". Do ponto de vista da organização da instrução no Estado, os reformadores do *período áureo* tentaram dar solução ao problema, e parcialmente obtiveram sucesso. Porém, é possível mostrar que assim o fizeram empregando um discurso que obscurecia, em parte, as questões materiais, ao apelar para argumentos relativos à excelência moral do mestre em seu ofício. (4)

Em contrapartida, condições de trabalho e reivindicações salariais constituem um dos pólos da oscilação dos argumentos empregados no diagnóstico das causas dos problemas do sistema escolar, no início deste século. O outro pólo fica sendo o das falhas a serem superadas pela formação dos profissionais. A integração dessas duas dimensões na proposição de alternativas para a organização e melhoria do sistema de instrução ganhou coloridos peculiares no processo de atribuição de responsabilidades pelo êxito da escola, em diferentes momentos da história do ensino em São Paulo. Isso pode ser observado na atuação da Associação, nas produções de sua **Revista** e nos próprios **Anuários**.

..

O aparecimento do primeiro **Anuário do Ensino** deu-se em 1908, quando João Lourenço Rodrigues era o Inspetor Geral da Instrução Pública. Dentre as finalidades anunciadas para a publicação estava a de permitir que os professores encontrassem, "a partir de uma boa estatística e do movimento escolar de todo o Estado, uma colaboração abundante e variada sobre a parte técnica do ensino, os métodos empregados e os resultados práticos". Falava-se, também, na "divulgação

⁴ O pronunciamento de Diogo de Mendonça Pinto está transcrito no artigo de ESCOBAR, (1933, p. 158-190, espec. p. 166).

de nossos progressos em matéria de ensino". Desde o final do século passado o estado de São Paulo conheceu, por iniciativa de professores, algumas publicações especializadas em educação. Essas iniciativas, como por exemplo **A Escola Pública**, editada entre 1893 e 1897, a **Revista do Jardim de Infância**, entre 1896 e 1897 e a **Revista de Ensino**, entre 1902 e 1918, contaram em alguns momentos com o apoio do Estado.

No momento em que surgem, os **Anuários de Ensino** disputam a atenção dos professores com a **Revista de Ensino** da Associação Beneficente do Professorado Público que, em 1905, havia perdido o apoio do Estado e assim deixara de ser impressa pela Tipografia do Diário Oficial. A desavença entre a **Revista de Ensino** e a Secretaria do Interior deveu-se às críticas ácidas que o periódico vinha fazendo à atuação do governo e à situação da educação pública em São Paulo, desde o início de 1904, motivada principalmente pelo desconto efetuado no salário dos professores, a título de colaboração para com o equilíbrio do orçamento do Estado.

De tal ordem foram as discordâncias que o jornal **O Estado de S. Paulo** veiculou (em 13/04/1906) sob o título "Notas Pedagógicas" as seguintes observações acerca de publicações educacionais: "Se o governo paulista não julga útil subsidiar revistas particulares onde se possam inserir artigos ferindo a vaidade de personagens oficiais, funde um órgão seu, sob sua imediata responsabilidade e dirigido por um funcionário público (...) Nesse **Boletim Pedagógico** onde não se admitiriam escritos de caráter pessoal seriam estampados os atos oficiais relativos à instrução, trabalhos originais de professores, traduções feitas pelos alunos da Normal...". (NOTAS, 1906)

A proposta do **Boletim Pedagógico**, ao que se sabe, não se concretizou; em 1908 surgiu o **Anuário de Ensino** da Inspeção Geral, relativo aos anos de 1907-1908, com os fins já mencionados. Por essas mesmas finalidades a que se propunha seria possível pensar que a publicação destinava-se a substituir a **Revista de Ensino**, mas apesar de sustentar que o **Anuário** ofereceria colaboração abundante e variada sobre a parte técnica de ensino, métodos e resultados, propõe-se no

mesmo volume a criação de um periódico educacional que forneça apenas e principalmente, orientação aos professores.

É no entanto, apenas pelo exame dos próprios **Anuários**, que se pode ter a medida do papel que se pretendia que cumprissem. O primeiro deles consistiu num volume de quatrocentas e trinta páginas nas quais é possível encontrar uma descrição pormenorizada das condições da Escola Normal, dos grupos escolares e escolas reunidas da Capital e do Interior, além de uma lista das escolas isoladas, vagas e providas. São também relacionados os nomes dos diversos professores que atuam em cada uma dessas instituições. Das escolas da Capital, bem como das principais escolas do Interior, são apresentadas fotografias dos prédios e, em algumas oportunidades, a descrição física dos mesmos. Nesse primeiro **Anuário**, cuja comissão de redação foi composta por João Lourenço Rodrigues, Ramon Roca Dordal, René Barreto e José Carneiro da Silva, o Inspetor Geral apresenta um "Retrospecto Histórico" que, ao pretender analisar a situação educacional paulista, toma como núcleo o problema da organização dos serviços de ensino, principalmente no que dizia respeito à inspeção, concebida como meio de garantir a qualidade do ensino mediante a orientação do professor e como instrumento de vigilância e fiscalização destinado a supervisionar desde o trabalho docente até as condições físicas da escola. É nesse "Retrospecto" que são fornecidas abundantes notícias sobre o funcionamento do ensino em São Paulo, desde o ato adicional de 1835. (5)

Vale a pena observar ainda que, no texto do próprio relatório de João Lourenço, que integra o primeiro **Anuário**, há referências ao modo pelo qual ele concebia a atuação da Inspetoria Geral. Pode-se dizer que, em alguns aspectos, as finalidades aí propostas para esse órgão assemelhavam-se aos objetivos explicitados pela Associação Beneficente do Professorado Público, da qual o Inspetor participara, no início, na qualidade de membro da comissão de redação do periódico da

⁵ "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior pelo professor João Lourenço Rodrigues - Inspetor Geral do Ensino - 1907-1908".(1907-1908, p. 3-68, espec. p. 17).

entidade. No momento em que atua à frente da Inspeção Geral, ele não está mais na **Revista** e é possível constatar que reivindica para o órgão que dirige algumas funções convergentes com os objetivos a que se destinava a Associação, de acordo com seus fundadores. Ao apresentar "os meios gerais pelos quais a Inspeção espera obter a uniformização do ensino nos grupos escolares e escolas isoladas", João Lourenço assevera que pretende agir no sentido de "combater o isolamento, aproximar o professorado, reunir as forças dispersas, divulgar os melhores métodos, tornar conhecidos os resultados obtidos na prática, em suma, promover o surto de uma corrente de vida que, irradiando da escola-modelo como de um centro, se propague pelos grupos e vá impulsionar as escolas isoladas, que esparsas pelo território paulista arrastam uma existência miserável e definham menos pela indigência de elementos materiais do que falta de animação de origem exterior". No entender do Inspetor Geral, era necessário congregiar os esforços do professorado e incutir-lhe ânimo: "promover o surto de uma corrente de vida" articulava-se com a idéia de um centro integrado ou de coordenação capaz de tornar justificado o uso da expressão "aparelho escolar" que, naquele momento, estava sendo utilizada para designar o conjunto das instituições de ensino público. (Retrospecto, p.18)

A ida de João Lourenço para a Inspeção Geral, em fevereiro de 1907, apresentava-se como oportunidade para que se concretizasse parte das reivindicações das quais o grupo da Associação era porta-voz, principalmente aquelas relativas à organização dos serviços de ensino. É mesmo possível afirmar que, com João Lourenço, a Inspeção assumiu parte do terreno delimitado pela luta da Associação, sendo que os **Anuários** assimilaram as questões tratadas pela **Revista**, embora não mencionassem a origem do debate nem a posição da entidade. Desse ponto de vista, a denúncia dos problemas enfrentados pelos professores será feita de forma mais atenuada nos **Anuários**.

Igualmente, no que diz respeito ao tom laudatório e nostálgico que permeia a evocação das realizações do *período áureo*, o **Anuário** aproxima-se da **Revista** e, a

idéia de que após Caetano de Campos ou após as medidas do Governo Provisório se entra numa fase desalentadora, também está presente. As afirmações não deixam muitas dúvidas e, aliás, as palavras do próprio João Lourenço confirmam o que se disse: "eram, pois, nove anos perdidos, nove anos de estacionamento, senão de recuo na obra de reorganização do ensino paulista...". Nesta oportunidade, ele se refere especialmente ao ano de 1897, quando da aprovação de lei nº 520 de agosto do mesmo ano, que criou a Inspeção do Ensino - que, na sua opinião, até 1907 ainda "não havia preenchido o destino especial para que foi criada". Para João Lourenço, o que esteve sendo desvirtuado nesses "nove anos perdidos" foi a possibilidade de se estabelecer a Inspeção como um centro de direção técnica capaz de promover a desejada uniformização do ensino. A valorização da função técnica ou de "orientação pedagógica", que é notável em algumas passagens do relatório, significa que se estava concebendo os serviços de inspeção como mais vinculados à especificidade do trabalho docente e um pouco menos ao exercício da fiscalização, embora esta função também estivesse prevista na lei que criou a Inspeção.

A idéia de que os **Anuários** teriam assimilado as formas que a **Revista** consagrou para tratar as questões de ensino é sustentável, ao se observar que, anteriormente, na inexistência de um órgão de divulgação mais oficial do que a **Revista** (quando subsidiada), esta também funcionava, algumas vezes, como porta-voz oficial. Quando o periódico deixou de fazer o elogio da ação do Estado, a possibilidade e a necessidade de se editar os **Anuários** se fez cada vez mais presente.

Certamente, com o tempo, os **Anuários** foram instaurando modos diversos de se referir às questões de ensino. Mas o aparecimento dessas diversidades foi decorrência dos lugares ocupados pelos indivíduos que falavam: da **Revista de Ensino**, por exemplo, que pretendia ainda ser porta-voz das necessidades do professorado e os **Anuários**, que difundiam a versão organizada de quem pretende dirigir e orientar esse mesmo grupo profissional e dispõe dos meios concretos de fazê-lo. Também os **Anuários** fizeram a denúncia dos problemas e obstáculos,

porém como quem fazia o diagnóstico, sugeria e tomava providências e depois as descrevia, ou então as propunha, de fato, como medidas técnicas baseadas no exercício sistemático das funções da Inspeção e recomendáveis às instâncias competentes. Os discursos se constroem pelas prescrições de ordem e eficiência e como iniciativa os **Anuários** participam da necessidade de mostrar, de dar visibilidade às iniciativas, de modo a conseguir adesões ao processo de ordenação que estava sendo proposto para o espaço profissional dos educadores.

O segundo desses trabalhos, o **Anuário de 1908-1909**, cuja comissão organizadora foi composta por Domingos de Paula e Silva e Miguel Carneiro Jr., além de René Barreto e Ramon Roca Dordal, estes últimos que já haviam participado na elaboração do volume anterior, fala das questões basicamente da mesma forma. Há, entretanto, manifestações mais incisivas feitas em relatórios, apresentados separadamente, pelos dez inspetores escolares. As referências à saída de João Lourenço da Inspeção, que explicariam a estruturação um pouco diferente deste **Anuário** com relação ao primeiro, são feitas de modo muito indireto e cauteloso.

Organizado com quatrocentas e dezesseis páginas, o traço principal do **Anuário de 1908-1909** é a apresentação dos relatórios individuais dos inspetores e de um estudo de Oscar Thompson sobre o custo do ensino em São Paulo. A "Explicação Preambular", assinada pela Comissão, apresenta o volume do modo como havia sido concebido e deveria ter sido editado e, tal como, de fato, pode sair. A idéia original era a de publicá-lo em dois livros, sendo que o segundo seria "destinado especialmente às questões técnicas de pedagogia", para funcionar como "excelente manual do mestre, fonte segura e de fácil acesso em que o professorado poderia estudar os métodos e processos aconselhados pela moderna arte de ensinar". Dizia-se que deveriam ter sido publicados trabalhos traduzidos e de professores paulistas sobre "metodologia e processologia", porém, por "circunstâncias diversas, entre as quais figurava a urgência do tempo para a impressão", não foi possível concretizar a idéia. A alternativa foi, então, editar os trabalhos já elaborados, sob a forma de folhetos. Esses folhetos ti-

nam por tema a leitura analítica e foram produzidos pelos Inspectores J. Carneiro da Silva e Theodoro R. de Moraes. (*Anuário*, 1908/9, p. 5-7)

A ausência do fio condutor ou da sistematização que fora feita pelo Inspetor Geral, no primeiro *Anuário*, impõe um tom mais descritivo ao de 1908-1909, e diminui as veleidades orientadoras características do primeiro volume. A apresentação dos relatórios dos inspetores é lacônica: "para dar a conhecer o estado do ensino público em São Paulo, assim como as suas necessidades e as lacunas que, como organismo complexo que é, deve naturalmente apresentar, publicamos os relatórios dos Inspectores Escolares, em sua íntegra na parte que se refere a questões gerais do ensino, quer sob o ponto de vista técnico, quer quanto ao seu funcionamento administrativo".

Talvez o aspecto mais polêmico das críticas que o *Anuário de 1908-1909* faz esteja na questão da carreira do magistério, e o toque mais inesperado fique por conta da maneira de propor melhorias. Insiste-se, a partir daí, em valorizar os méritos do esforço e do empenho dos professores como solução "técnica" capaz de aperfeiçoar o trabalho docente. Há, em primeiro lugar, o reconhecimento por parte dos inspetores de que "a lei, impropriamente chamada de 'carreira', não tem dado bons resultados" e pode até ser vista como um "entrave à organização do nosso ensino público". Esta lei da carreira consubstanciava-se no Regulamento de 30 de setembro de 1904 e já fora alvo de duras críticas por parte da *Revista de Ensino*, sendo apontada como um fator que concorria para a instabilidade dos professores.

O que havia de comum nas objeções feitas à "lei de carreira" é que ela propunha o tempo de serviço como único critério para promoções. Buscando atender à possibilidade de difundir o ensino e garantir escolas nos bairros, no entender dos inspetores, deixava-se de assegurar a qualidade do mesmo. Sobre a obrigatoriedade da passagem pelas escolas de bairro, o Inspetor João Chrysóstomo B. dos Reis Júnior, ironicamente, comentava que depois de nomeado "...e não pensando ainda em remoção, resignando-se com a sua sorte, passa a ser empolgante preocupação

do professor **fazer o tempo**, único incitamento, ou melhor, única exigência da **lei de carreira** para que o professor possa melhorar de condições.

"Feito o tempo, trata o professor, imediatamente de remover-se, de conseguir uma colocação que lhe seja mais propícia, e assim por diante. De sorte que - como o hábito é uma segunda natureza - é possível que o professor, sempre fazendo o tempo, chegue a esquecer-se de fazer outra coisa".(Anuário, 1908/9, p.31)

Um significativo exemplo da tentativa de providenciar a melhoria do trabalho docente pode ser encontrada nos apelos que eram feitos em nome da revisão do **Código Disciplinar**. Sugeria-se, assim, a instauração de mecanismos de reconhecimento ao mérito a fim de estimular a **dedicação** dos mestres. O chamado **Código Disciplinar** havia aparecido, sob a forma de matéria legal, com a lei nº 169 de 7 agosto de 1893 e sofrera algumas modificações em 1898. Os inspetores escolares, no **Anuário de 1908-1909**, chamavam a atenção para o caráter exclusivamente repressivo do documento destinado a regular os padrões de comportamento recomendáveis aos professores, no exercício docente. De fato, o capítulo "Das Faltas dos Professores" se iniciava explicitando as punições a que estariam sujeitos aqueles que exercessem o magistério sem possuir os títulos legalmente requeridos e enumerava as situações passíveis de punição, distribuindo as penas que poderiam ser imputadas aos professores nas categorias de admoestação, repreensão, multa, suspensão e demissão. Dentre as situações passíveis de penalidades estavam: "exercer a disciplina sem critério ou instruir mal aos alunos", "manifestar quaisquer pretensões ao governo sem ser por intermédio da autoridade escolar", usar "compêndios, livros, mapas ou cadernos não aprovados ou eliminados do ensino público", "opor obstáculo ao exame de alunos de sua escola ou classe em qualquer época que for determinada".(Código, 1912)

O principal defeito do **Código**, no entender dos inspetores, era referir-se exclusivamente às penas aplicáveis aos que "faltassem ao fiel cumprimento de seus deveres regulamentares", sem estabelecer "um único título de benemerência, o

mais insignificante prêmio aos abnegados servidores do Estado". Assim, de um modo geral, as sugestões feitas recomendavam a instituição de prêmios ou recompensas capazes de animar a atuação dos professores, principalmente pelo reconhecimento público de seus esforços.

O Inspetor Miguel Carneiro Júnior pronunciava-se, falando em compensações de ordem moral e no reconhecimento do "verdadeiro mérito". O estabelecimento dessas providências, ao mesmo tempo em que funcionaria como estímulo à dedicação, garantiria um mecanismo eficiente de controle do trabalho do professor. A revogação de medidas do **Código Disciplinar** já era objeto de preocupação desde 1901, quando numa Assembléia Geral da Associação Beneficente do Professorado Público o próprio inspetor Mário Bulcão propôs que "em ocasião oportuna e perante os poderes competentes fosse representado contra algumas disposições penais do **Código Disciplinar**, por vexatórias e contraproducentes...". Embora não se saiba exatamente quais eram os pontos considerados por ele "vexatórios e contraproducentes", posto que não estão mencionados, o conjunto de punições previstas, incluindo multas, repreensões e suspensões, e explicitando as condições de sua aplicação, configura todo ele um dispositivo altamente repressivo. (**Anuário**, 1908/9, p. 64) (6)

O **Anuário de 1909-1910**, elaborado por Oscar Thompson, retoma várias dessas questões, mostrando-se muito mais extenso na parte relativa à discussão de problemas do ensino e de orientação aos professores e mais restrito no que tange à descrição das escolas, suprimindo inclusive as fotografias dos prédios, que foram divulgadas nos dois volumes anteriores. Na "Explicação Preambular", O. Thompson declara que o **Anuário** contém, além da exposição desta Diretoria, informações relativas ao movimento do ensino oficial e particular no ano de 1909, os tópicos dos relatórios dos inspetores sobre questões gerais, quadros de estatística escolar e a relação nominal do corpo docente e administrativo das escolas públicas do estado".

⁶ Sobre as sugestões de revogação do **Código Disciplinar** ver **Atas** (I), Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, Assembléia Geral de 03/02/1901.

Como o relatório de Thompson era bastante minucioso na discussão de cada uma das questões que apontava, dos relatórios de cada um dos inspetores foi apresentado apenas um resumo.

Um dos traços mais marcantes no relatório de Oscar Thompson é a maneira pela qual ele insiste na idéia de que a educação da moralidade é a principal função da escola e aspecto em torno do qual ela deve se organizar: "a boa escola é aquela que se torna para a sociedade um viveiro de homens de bom caráter". Referindo-se à tarefa de "preparação física e espiritual" sustenta que "o sucesso da própria vida depende menos da origem ou da situação pecuniária dos indivíduos, porém de suas qualidades físicas e psíquicas granjeadas ou desenvolvidas na escola. Serão essas qualidades a garantia da vitória em todos os empreendimentos humanos. E como está hoje provado, é na escola onde melhor se apuram essas qualidades". O tom geral do relatório faz a valorização da dimensão moral da educação, a idéia de que a escola pode inocular em todos o "germe da grandiosidade" pelo bom exemplo, pelo reconhecimento da dignidade inerente ao trabalho (inclusive manual) e a idéia de que o objeto do ensino deve ser o próprio mundo - a escola deve ensinar noções úteis. (Anuário, 1909/10) (7)

A discussão de problemas metodológicos ainda aparece nesse **Anuário**, expressa na questão do ensino da leitura. Porém, irá desaparecer dos próximos, coincidindo com o tempo em que o Estado volta a financiar a **Revista de Ensino** e reserva, assim, o seu espaço para essa iniciativa. Os **Anuários** passam a destinar-se, preferencialmente, à descrição das condições do ensino, estatísticas e funcionamento das escolas. Essa alteração de perspectiva coincide com o "aperfeiçoamento" dos serviços de administração e inspeção. Vale ainda observar que, tratando dos mesmos problemas que os **Anuários** anteriores, esse de 1909-1910 diferencia-se, representando um momento de transição entre a época de pre-

⁷ "Explicação Preambular", p. V - VI e "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior", pelo Diretor Geral Oscar Thompson, espec. p. 1-2.

dominância dos diagnósticos sobre a situação do ensino e aquela em que se passa a propor soluções "técnicas" baseadas em razões ligadas ao funcionamento das escolas, de modo mais específico. Aliás, é esse traço da invocação de razões ligadas a preferências educacionais, ou ainda de argumentações advindas do saber da psicologia ou filosofia, que vai diferenciando progressivamente o discurso sobre ensino das recomendações apoiadas apenas na ponderação e no senso comum.

Paralelamente à melhoria da organização dos serviços, apresentava-se como bom estímulo, a criação do **Livro de Honra**, que já fora proposto há algum tempo e que, em princípio, visava a obter informações que permitissem recompensar a dedicação dos docentes, e que na prática consistia em eficiente mecanismo de vigilância e controle da qualidade de trabalho dos elementos do magistério. Trabalho esse que contava agora com um corpo de inspetores que teria condições de fazer visitas mais freqüentes. A partir do Decreto n. 1883, de 6 de junho de 1910, que reorganizou os serviços de inspeção e criou a Diretoria Geral da Instrução Pública, elevou-se o número dos inspetores para dezesseis, número esse que foi elevado para 21, em 1911. "Louvar, animar, aconselhar e corrigir", eram as funções que eles poderiam exercer, segundo Oscar Thompson, e que permitiriam que a escola tomasse uma nova feição. Esse trabalho dos inspetores, além disso, permitiria que a Diretoria Geral tivesse "um critério seguro para aquilatar do trabalho, da competência profissional e da dedicação de cada professor". E a partir daí, se poderia obter uma "fotografia moral de cada estabelecimento de ensino".(Anuário, 1909/10, p.6)

Sobre a remuneração dos professores, dizia-se que igualmente deveria haver reformulações. Na oportunidade, retoma-se o calamitoso desconto de 1903 e, após constatar e demonstrar com tabelas a precariedade do nível salarial da categoria, propõe-se medidas "técnicas", de acordo com as quais se vincularia a remuneração à especificidade do trabalho, fazendo depender o salário de variáveis como a região em que estivesse situada a escola, a categoria da escola, a classe que o professor lecionasse e até mesmo o sexo do professor. Embora na ocasião se ti-

vesse desenvolvido fortes argumentos para justificar cada um desses critérios, o fato é que a situação permaneceu ainda inalterada por muito tempo. Em todo caso, cabe assinalar que, na circunstância, apelava-se menos para as razões da dignidade do ofício e do valor do mestre e mais para peculiaridades do exercício do magistério para fazer as sugestões de aumento dos salários, especificando assim o discurso que supostamente sustentava a defesa das condições de trabalho.

O **Anuário de 1911-1912**, à guisa de introdução, explicita a forma de conceber esse tipo de publicação na época em que estava à frente da Diretoria o Prof. João Chrysóstomo B. dos Reis Jr., colaborador assíduo da **Revista de Ensino** em sua primeira fase. Afirma-se que o **Anuário** não constitui um "manual ou guia de métodos e processos pedagógicos", mas sim "um manancial de informações, um repositório de dados estatísticos". E em seguida observa-se que "curando especialmente de questões de psicologia e metodologia, sob os auspícios da Diretoria Geral, passou a ser publicada a **Revista de Ensino**, criada e mantida antes pela Associação Beneficente do Professorado Público". Prosseguindo dizia-se, ainda, "**Revista de Ensino**, órgão doutrinário, divulgador de métodos e processos pedagógicos, tornou-se complemento do Anuário...". Diz-se que a **Revista** tem uma ampla tiragem, é mais barata, pode contar com a colaboração de professores e ser largamente distribuída. (**Anuário**, 1911/12, p.5-7)

Assim, a partir daí, os **Anuários** podem concentrar-se no cumprimento de seu papel informativo, organizando a visibilidade do sistema de ensino a partir da lógica da Diretoria da Instrução Pública. A denúncia funcionando como intenção de correção do desvio; o conteúdo dos **Anuários** deve apresentar-se como guia para a interpretação da realidade educacional do Estado ao hierarquizar os problemas e excelências que merecem ser notados. Configurando-se como porta-vozes da ordem que é preciso instituir no campo educacional a fim de tornar concretizável a educação para o progresso, essas obras tentam produzir e intensificar a crença nas excelências do sistema: os prédios escolares descritos e fotografados e a proposição de alternativas de

melhoria, reformas e providências participam desse afã ordenador.(8)

É no cumprimento desse fim que o **Anuário** de 1917 aproveita o momento para fazer a auto-celebração da obra: chega-se ao décimo ano da publicação indicando os serviços prestados, no aperfeiçoamento da estatística escolar, na divulgação dos métodos e processos de ensino e no diagnóstico das situações das escolas. As proposições para o aperfeiçoamento dos **Anuários** são então indicadas por Oscar Thompson, à época Diretor Geral da Instrução Pública pela segunda vez. "Do próximo ano em diante, vai ele (o **Anuário**) iniciar a crítica dos trabalhos de nossas escolas e dos nossos professores. Começará por apontar quais os professores dedicados e quais as escolas que estão na altura do nosso progresso educativo; e da mesma maneira, publicará a relação das escolas de cada zona escolar que não satisfizerem a sua missão, por culpa do respectivo professor. Assim procedendo não terá o **Anuário** o fito de condenar, para sempre, os professores relapsos, mas de chamar publicamente a sua atenção, para o cumprimento de seus deveres, a fim de que eles se modifiquem e se tornem ótimos elementos do nosso aparelho educativo". (**Anuário**, 1917, p.10)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, São Paulo: Inspetoria Geral da Instrução Pública, 1907-1912, 1917.

AZEVEDO, F. A transmissão da cultura. In: **A cultura brasileira**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos/INL-MEC, 1976. 809p.

⁸ A apresentação de P. Bourdieu (1975), permite pensar alguns dos aspectos aqui apontados, ainda que seu objeto nesse escrito sejam "os grandes textos".

- BOURDIEU, P. La critique du discours lettré. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.5-6, nov. 1975.
- CARVALHO, M.M.C. **A escola e a república**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 88p.
- CATANI, Denice B. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - 1902-1919**. São Paulo, 1989. 392p. Tese (Doutorado em História da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- CÓDIGO DISCIPLINAR. **Revista de Ensino**, São Paulo, n.1, p.181-9, mar. 1912.
- ESCOBAR, J. R. Histórico da instrução pública paulista. **Revista de Educação**, São Paulo, v.4, p.158-90, dez. 1933.
- GONZALEZ ARROYO, M. **Mestre, educador, trabalhador: organização do trabalho e profissionalização**. Belo Horizonte, 1985. 218p. Tese (Doutorado em Administração Escolar) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988. 184p.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. 400p.
- _____. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.) **História da civilização brasileira: o Brasil republicano - sociedade e instituições (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1977. t. 3, v. 2.
- NOTAS PEDAGÓGICAS. (P.P.), transcrito do jornal O Estado de S. Paulo. **Revista de Ensino**, São Paulo, n.6, p.849-52, maio 1906.
- Revista de Ensino**. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, n.6, maio 1906.

Revista de Ensino. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, n.1, mar. 1912.

SILVEIRA, C. Apontamentos para uma história do ensino público em São Paulo: revistas de ensino. **Educação**, São Paulo, n.3, p.323-32, jun. 1929.

VILHENA, Cynthia Pereira S & CATANI, Denice B.. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. *Boletim ANPED*, n.1, p.78, set.1992. Apresentado na Reunião da Anped, 15, Caxambu, 1992. (Resumo)

RETROSPECTO HISTÓRICO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**, São Paulo, p.3-68, 1907-1908.

ABSTRACT: This text analyses the meaning of the appearance and publication of *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* in the history of educational press, questioning about the role that was attributed to them and about their effective role in the organization of the educational field in São Paulo, in the beginning of the century. The logic of the production in the Year Books is re-interpreted and its proposals for creation and circulation are understood as specific forms of the organization of the educator's professional space.

KEYWORDS: Periodic educational press; History of Education; Educational field; Teacher's work; Educational system in S. Paulo.

(Recebido para publicação em 31.03.95 e liberado em 19.05.95)